

A Agenda do Keynesianismo Filosófico: Origens e Perspectivas

*The Philosophical Keynesianism agenda:
origins and perspectives*

ROGERIO P. DE ANDRADE*,**

RESUMO: Este artigo aborda o que chamo de keynesianismo filosófico, mapeando suas origens históricas e analíticas e apontando suas perspectivas como uma referência alternativa. Seu surgimento histórico está relacionado a alguns resultados de pesquisas teóricas e metodológicas da escola pós-keynesiana de pensamento econômico. Uma suposição é feita sobre o lugar apropriado que o keynesianismo filosófico terá no futuro, pois seu escopo de investigação está se tornando muito mais abrangente e inclusivo do que a escola econômica que o gerou. O artigo revisa algumas das principais contribuições desse novo campo de investigação, como os livros de Carabelli, O'Donnell e Davis. Ele também procura reforçar o caso de que, como é bastante claro na abordagem de Keynes à teorização econômica, a economia deve ser vista como uma ciência moral e sócio-histórica, e não como uma ciência natural, e que um estudo mais realista e relevante da economia fenômenos devem ser baseados em algum tipo de pesquisa interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Keynesianismo; economia e filosofia; história do pensamento econômico.

ABSTRACT: This paper addresses what I label Philosophical Keynesianism, mapping out its historical and analytical origins and pointing out its perspectives as an alternative benchmark. Its historical emergence is related to some theoretical and methodological research results within the post-Keynesian school of economic thought. An assumption is made as to the proper place Philosophical Keynesianism will have in the future, for its scope of investigation is becoming much more comprehensive and inclusive than the economic school which engendered it. The paper reviews some major contributions of this new field of inquiry, such as the books of Carabelli, O'Donnell and Davis. It also seeks to reinforce the case that, as it is quite clear from Keynes' approach to economic theorizing, economics should be seen as a moral and socio-historical science rather than a natural science, and that a more

* Departamento de Economia, University College, London, England. E-mail: roger.andrade@uol.com.br.

** Agradeço a Victoria Chick, Flávio Comim, Marco Aurélio Crocco, Antonio Carlos Macedo, José Carlos Miranda, Bruno Reis e Claudio Reis pelos valiosos comentários. Agradeço também aos participantes da I Conferência Anual da *European Society for the History of Economic Thought* (ESHET), em particular a Anna Carabelli e Athol Fitzgibbon.

realistic and relevant study of economic phenomena should be grounded on some sort of interdisciplinary research.

KEYWORDS: Keynesianism; economics and philosophy; history of economic thought.

JEL Classification: B22; A12; A13.

To teach how to live without certainty, and yet without being paralysed by hesitation, is perhaps the chief thing that philosophy, in our age, can still do for those who study it (Russell, 1946, p. 14).

INTRODUÇÃO: O KEYNESIANISMO FILOSÓFICO

Desde os anos 80, uma promissora linha de pesquisa tem procurado reavaliar a obra de Keynes sob um prisma em que ele é visto não mera mente como um economista, mas como um “filósofo-economista”, da mesma forma que também o foram Smith, Marx e Stuart Mill, para citar alguns. O que se denomina aqui keynesianismo filosófico constitui uma agenda de pesquisa que busca resgatar os textos filosóficos de Keynes, inéditos ou já publicados, e empreender, a partir disso, um estudo integrado de sua teoria econômica à luz desses textos. A filosofia de Keynes é o centro de gravidade em torno do qual todas as dimensões de seu pensamento (não apenas a econômica) se referem. Para compreender o economista, sugere-se entender também o filósofo, cujos escritos abrangem reflexões nas áreas de Lógica, Epistemologia, Ética, Filosofia Política e Metodologia. Como desdobramento dessa pesquisa, surge a possibilidade de se reunir alguns dos elementos necessários à construção de uma perspectiva filosófica consistente com uma teoria econômica alternativa e mais abrangente, como foi, em importantes aspectos, a economia de Keynes.

Assim, parto da ideia geral da relevância de uma leitura do pensamento de Keynes como uma totalidade, o resultado de uma tensão permanente entre as demandas da reflexão filosófica e econômica. Keynes foi um filósofo antes de se tornar um economista e, como tal, produziu alguns trabalhos importantes, cujas ideias e insights viriam a se fazer presentes posteriormente no âmbito de sua teoria econômica¹. Mais do que isso, como “economista” Keynes abordou também uma série de questões centrais para a reflexão filosófica moderna. Sua própria escolha em se dedicar ao estudo de temas econômicos pode ser explicada a partir das pe-

¹ Alguns autores são ainda mais contundentes. Carabelli (1988), por exemplo, é da opinião de que os temas abordados no *Treatise on Probability* (1921), de Keynes, anteciparam várias questões que posteriormente viriam a ser objeto de reflexão da filosofia contemporânea. Em particular, afirma que a formulação de conceitos como complexidade orgânica, natureza socialmente interdependente das expectativas e convenções etc. antecipa alguns dos temas elaborados pelo Wittgenstein “maduro”. Esse ponto é retomado mais adiante.

cularidades de sua formação filosófica, quando ainda estudante, na Universidade de Cambridge². Keynes teve uma preocupação constante em entender os fundamentos racionais dos julgamentos e das crenças que influenciam as ações humanas, de forma que aplicasse sua teoria da probabilidade daí derivada a questões éticas, políticas e econômicas.

Sob essa perspectiva, estudar Keynes somente como economista é uma maneira bastante empobrecedora de entender uma obra que transcende a compartimentalização estanque do conhecimento, típica das práticas habituais de pesquisa. Ao contrário, na medida em que Keynes é visto como um filósofo-economista, surge disso uma perspectiva mais rica, tanto do ponto de vista do entendimento da proposta mais geral contida em sua obra econômica, quanto do ponto de vista da estruturação de uma perspectiva filosófica consistente com uma teoria econômica não-convencional. Essa nova linha de pesquisa focaliza aquilo que Skidelsky denomina a “filosofia da prática” de Keynes:

“Keynes’ ‘philosophy of practice’, by which I mean his theories of politics and economics, were expressions of his beliefs about ethics and probability developed before the First World War; (...) important aspects of what we know as the Keynesian Revolution had their sources, therefore, in Keynes’ early intellectual formation. This claim offers a serious challenge to the bulk of the old Keynes scholarship, which confined itself largely to the exegesis of the General Theory and other writings close to that book intimate.” (Skidelsky, 1991, p. 105).

Tal entendimento da obra de Keynes é “orgânico”, no sentido de que não se concentra unicamente em uma obra como a *The General Theory of Employment, Interest and Money* (GT, daqui em diante), traço típico das abordagens mais convencionais — Keynes como o autor de uma obra só. É uma abordagem que estuda a obra como um todo e não textos isolados e descontextualizados de seu tempo e lugar.

Até recentemente, a maioria dos estudos concentrou-se exclusivamente na GT, sem procurar estabelecer as relações com os trabalhos prévios no campo da filosofia (e da economia) nem com os trabalhos pós-GT, esses últimos imprescindíveis para uma compreensão adequada da mesma. A leitura centrada exclusivamente na GT implica a conclusão duvidosa de que não há interdisciplinaridade nem evolução (isto é, continuidades e rupturas relevantes) entre suas reflexões iniciais e posteriores, ou de que se há continuidade esta é bastante reduzida. Ou, ainda, de que não há influência mútua entre sua filosofia e sua economia. Mais do que isso, no limite, conduz à visão estreita de que esta é uma preocupação irrelevante. Assim, ao salientar as conexões entre a filosofia e a teoria econômica de Keynes, pretendese, em consequência, relativizar e criticar a validade das leituras meramente “economicis-

² Ver, a esse respeito, Skidelsky (1983), Moggridge (1992) e Harrod (1951), embora os dois últimos não enfatizem, como o faz corretamente o primeiro, o caráter fortemente filosófico de sua formação intelectual.

tas”, consideradas não irrelevantes ou equivocadas (apesar de que algumas de fato o são), mas insuficientes e limitadas.

As principais fontes teóricas de referência do keynesianismo filosófico são a chamada “Juvenilia” de Keynes (uma série de textos não publicados, escritos principalmente no período 1904-1910, mas aguardando publicação), seu livro “filosófico” par excellence *A Treatise on Probability* (1921), além de *Essays in Persuasion* (1931), *Essays on Biography* (1933 [1951]), partes importantes de *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936), tais como os capítulos 12 — “The State of Long-Run Expectation” — e 24 — “Concluding Notes em The Social Philosophy Towards Which the General Theory Might Lead”, e vários artigos, textos, notas de aula, correspondências etc. espalhados ao longo de sua vasta obra (em particular os volumes XIII, XIV e XXIX dos *Collected Writings of John Maynard Keynes*).

No enfoque do keynesianismo filosófico, a economia é vista como um campo do conhecimento que lida com conceitos e métodos que são estranhos à abordagem positivista que predomina no paradigma econômico neoclássico, pois, para Keynes, a economia, por lidar com “introspecção, julgamentos de valor, motivos, expectativas e incertezas psicológicas” (Keynes, 1973, vol. XIV, p. 300), é uma “ciência moral”, e não uma “ciência natural”.

Assim, o que a partir de uma leitura superficial poderia parecer um mero exercício de exegese é, na verdade, reflexão filosófica das mais relevantes. Não apenas tornam-se possíveis argumentações conceituais com maior grau de solidez e rigor, mas também apresentam-se de forma mais elaborada os limites e as possibilidades (ou o realismo e a relevância) de ideias, métodos e conceitos, tais como incerteza, racionalidade, convenções, probabilidade, otimização, equilíbrio, formalização etc., apenas para citar alguns tão cruciais para a análise econômica.

Tendo em vista essas considerações iniciais, o objetivo deste texto é mapear as principais contribuições teóricas do keynesianismo filosófico desde seu nascedouro, apontar seus principais tópicos de pesquisa e avaliar suas perspectivas como um corpo de conhecimento alternativo.

POR QUE SURGE O KEYNESIANISMO FILOSÓFICO? UM POUCO DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Do ponto de vista das escolas de pensamento econômico ou paradigmas teóricos em economia, o keynesianismo filosófico (KF, daqui em diante) é, em grande medida, fruto de uma linha específica de pesquisa desenvolvida, principalmente, pelo pós-keynesianismo. Esse último é, por seu turno, uma das principais correntes constitutivas daquilo que denomino “paradigma pós-clássico”. Por economia pós-clássica entendo um contraponto crítico, alternativo e mais abrangente à economia neoclássica. É um paradigma cujos conceitos, métodos, “modos de pensamento ou raciocínio” (Dow, 1996) e visão de mundo conflitam com os da teoria econômica do mainstream. Até onde não exista incompatibilidade de abordagens, ou até onde

for possível uma integração consistente de recortes analíticos distintos sem cair no ecletismo, esse paradigma pode ser constituído pelas várias correntes de pensamento heterodoxo, como a pós-keynesiana, a neo-schumpeteriana (ou evolucionista), a institucionalista, a marxista e a (epistemologia crítica) neo-hayekiana. Assim, por ser um termo inclusivo, que promove a unidade e reconhece a diversidade mais do que a divisão, uso esse critério de demarcação.³

Uma diferença importante é que o KF, em virtude dos atuais desenvolvimentos analíticos que tem propiciado, poderá vir a se tornar uma visão de mundo mais ampla, uma perspectiva filosófica bem definida, sem a qual o projeto teórico do pós keynesianismo ou de qualquer outra escola de pensamento econômico alternativa se torna bastante limitado. Em outras palavras, o KF pode erigir a base filosófica da discussão econômica que vem sendo feita desde os anos 70, a partir principalmente dos trabalhos de Joan Robinson, N. Kaldor, G. Shackle, S. Weintraub, P. Davidson, H. Minsky, J. Kregel, A. Eichner e V. Chick. Portanto, se o KF é, originalmente, um resultado natural dos esforços analíticos de uma linha de pesquisa específica do pós-keynesianismo, um resultado adicional é que ele, com o tempo, poderá englobar a pesquisa econômica pós-keynesiana (e, por extensão, a pós-clássica) e reposicioná-la como uma dimensão específica de um projeto mais geral de contraposição aos sistemas filosóficos existentes, em particular o positivismo. Tal dimensão específica representaria o debate no front da teoria econômica, com um acervo de ideias, conceitos e métodos tanto crítico quanto alternativo ao paradigma econômico neoclássico.⁴

Nesse sentido, a explicação das origens do KF repousa sobre três causas bási-

³ Em Andrade (1998), procuro justamente analisar a natureza e a dinâmica das convenções a partir de uma integração teórica de algumas das correntes mencionadas.

⁴ Tenho consciência de que rótulos são sempre problemáticos. Mas, nesse caso, acredito que a taxonomia sugerida ajuda a tornar mais clara a argumentação que pretendo desenvolver. É um critério de demarcação baseado nos conceitos e métodos de análise utilizados convencionalmente por cada paradigma. Assim como a pós-clássica, a economia do mainstream é também constituída por várias correntes diferentes, mas que possuem elementos comuns. Estão ligados por “a common mode of thought and a common conceptualization” (Dow, 1996, p. xii). As principais “convenções” compartilhadas e seguidas pelas várias correntes são: racionalidade substantiva (ou otimizadora), a aplicação de algum framework de equilíbrio geral, individualismo metodológico, instrumentalismo, o conceito de escassez (e o foco da análise na troca) e o uso generalizado de sistemas formais fechados. Apesar dessas similaridades, a economia neoclássica é bastante ampla. inclui os adeptos da teoria do equilíbrio geral (em suas formas walrasiana e não-walrasiana), os keynesianos “hidráulicos”, a teoria do desequilíbrio, o monetarismo friedmaniano, os novos-clássicos e, em sua roupagem mais recente, os novos-keynesianos. O neoclassicismo é, portanto, o paradigma econômico que hoje é hegemônico na academia. Via de regra, parte da crença de que os mercados operam eficientemente e ajustam-se em uma posição de equilíbrio. A análise é normalmente feita em termos de um estudo comparativo de estados de equilíbrio atemporais. Subjacente está a ideia de que a oferta governa a demanda (ao contrário de Keynes e dos pós-keynesianos). O equilíbrio seria alcançado ao nível de pleno emprego mediante variações nos preços dos fatores. A partir dos anos 70, o neoclassicismo foi dominado pela escola monetarista das “expectativas racionais” e, recentemente, pelos novos-keynesianos. Em geral, as prescrições de política econômica do paradigma neoclássico estão associadas ao liberalismo econômico, isto é, às ideias de livre mercado e *laissez-faire*.

cas. Em primeiro lugar, como observado, o KF surge, preponderantemente, dentro do pós-keynesianismo, como uma linha específica de pesquisa. Por sua vez, a economia pós-keynesiana aparece em virtude de uma insatisfação com as propostas do “keynesianismo ortodoxo” baseado na “síntese neoclássica” — contra aquilo que Joan Robinson chamou de “keynesianismo bastardo”. Detenhamo-nos um pouco mais nesse ponto.

Em linhas gerais, o pós-keynesianismo significa uma releitura teórica de Keynes baseada em vários aspectos que o “keynesianismo neoclássico” negligenciou, tais como a importância do conceito de incerteza, o reconhecimento da irreversibilidade do tempo, a centralidade do princípio da demanda efetiva e a incorporação do dinheiro como um componente crucial dos processos econômicos no capitalismo.

Em seu período de afirmação, o pós-keynesianismo poderia ser definido, em termos bastante genéricos, pelo seu oposto, isto é, como aquilo que ele não é (o póskeynesianismo não é o neoclassicismo), como uma reação ao neoclassicismo. No entanto, o conhecimento já progrediu o suficiente para explicitar em que consiste a agenda positiva do pós-keynesianismo.

Para Davidson (1982 [1992], pp. 14-24), as seguintes características definem um “modelo” pós-keynesiano:

(i) a noção de que o sistema econômico é um processo que se move irreversivelmente no tempo histórico;

(ii) o papel de expectativas heterogêneas sob incerteza, um conceito diferente de expectativas racionais sob risco probabilístico mensurável (um equivalente de certeza);

(iii) o papel de instituições na determinação da produção, do emprego e do nível de preços, tais como o sistema financeiro e bancário, o dinheiro, contratos legais, contratos salariais nominais, mercados futuros de ativos e bens etc.;

(iv) as estruturas de distribuição da renda e do poder;

(v) o conceito de capital, enfatizando a) a diferença, de um lado, entre capital real e financeiro e, de outro, entre os mercados para cada um; e b) a não-maleabilidade do capital real;

(vi) efeitos-renda predominam em relação aos efeitos-substituição: nem tudo é um substituto para tudo o mais;

(vii) a importância do atributo de liquidez ou as “propriedades essenciais da moeda”: o dinheiro (e todos os ativos com elevado grau de liquidez) possui a) elasticidade nula (ou negligível) de produção e b) elasticidade nula (ou negligível) de substituição em relação a outros bens que possuem uma alta elasticidade de produção, isto é, que são rapidamente ofertáveis, uma vez que mão-de-obra e outros fatores são mobilizados.

É possível, ainda, caracterizar genericamente esse paradigma a partir de outros aspectos igualmente relevantes⁵:

(i) ênfase em ideias como: a acumulação (leis de movimento, reprodução am-

⁵ Conforme Dow (1991, pp. 203-205).

pliada, as firmas como os agentes-chave, e não os consumidores); a instabilidade crônica das economias de mercado (falácia da composição, divergência dos objetivos privados e sociais); uso limitado da análise de equilíbrio;

(ii) seus conceitos básicos, no que se reivindica ser uma teoria monetária da produção, são: demanda efetiva como elemento determinante da renda, produto e emprego; equilíbrio como “tranquilidade” no tempo histórico (satisfação das expectativas); taxa de juros como um fenômeno monetário; a oferta de moeda é também endógena; convenções como práticas sociais e referência para a tomada de decisão individual.⁶

A segunda causa básica para se entender as origens do KF é que ele surge para municiar não só o pós-keynesianismo, como também outras escolas de pensamento econômico críticas do neoclassicismo, de uma perspectiva filosófica mais geral, que qualquer teoria econômica, por si só, é incapaz de oferecer. Assim, um dos argumentos defendidos neste texto é que a pesquisa teórica crítica dos fundamentos metodológicos do *mainstream* (dos *first principles*) trouxe, como resultado, uma crítica e uma perspectiva de escopo mais geral, cujo caminho natural foi o recurso à argumentação filosófica.

Em terceiro lugar, o surgimento do KF fez-se possível também em virtude da edição dos *Collected Writings*, de Keynes, nos anos 70, que tornou amplamente acessível um vasto número de referências bibliográficas antes não disponíveis, o que contribuiu para dar um impulso crucial à pesquisa.

OS PILARES DA NOVA AGENDA: UMA BREVE INTRODUÇÃO⁷

No início dos anos 80, surgiram pelo menos quatro trabalhos seminais enfatizando este aspecto em que Keynes é visto não meramente como um economista, mas como um filósofo -economista. São eles: Keynes: *Philosophy, Economics and Politics*, de Rod O'Donnell (1989) (originalmente uma tese de doutorado apresentada em 1982 à Universidade de Cambridge); o primeiro volume da biografia de Keynes, *Hopes Betrayed 1883-1920*, escrita por Robert Skidelsky (1983); *On Keynes' Method*, de Anna Carabelli (1988) (originalmente também uma tese de doutorado em Cambridge, em 1982); e a coletânea *Keynes' Economics: Methodological Issues*, editada por Tony Lawson e Hashem Pesaran (1985) (originalmente textos de uma conferência sobre metodologia, realizada em 1983, na Universidade de Cambridge, comemorativa do centenário de nascimento de Keynes).

⁶ O leitor interessado em se aprofundar no assunto pode consultar também, dentre uma ampla gama de referências, Carvalho (1992), Lavoie (1992), Arestis (1992), Lima (1992) e Davidson (1994).

⁷ Como não poderia deixar de ser, há uma série de polêmicas ainda inconclusas nesta linha de pesquisa em relação a vários tópicos específicos. Como este artigo não tem a pretensão de “jogar a pá de cal” em discussões ainda em andamento, mas de expor as concepções básicas que dão corpo a esse sistema de ideias, de forma que o leitor se familiarize com o estado da arte, esta resenha introdutória possui um caráter mais expositivo do que analítico ou crítico.

A partir disso, uma nova linha de pesquisa desenvolveu-se e consolidou-se; atualmente, o keynesianismo filosófico já é um fato consumado, tanto no que diz respeito ao boom da literatura especializada sobre o assunto, quanto no que se refere à qualidade das contribuições desde então, que promoveram significativo avanço do conhecimento.

Grande parte do material bibliográfico relevante encontra-se espalhada em uma série de coletâneas, em especial Bateman & Davis (1991), Gerrard & Hillard (1992), O'Donnell (1991), Arestis & Chick (1992), Davis (1994a), Dow & Hillard (1995) e Harcourt & Riach (1997). Interpretações igualmente influentes encontram-se em Fitzgibbons (1988), Meeks (1991), Skidelsky (1992), Davis (1994a), Coares (1996) e Bateman (1996). Além disso, existem inúmeros artigos publicados em vários diferentes journals.

As contribuições são amplas em número e escopo, o que impede uma revisão bibliográfica de maior fôlego, tendo em vista os propósitos mais gerais de divulgação de ideias deste texto. Por isso, serão apresentadas de forma geral as principais ideias contidas nos trabalhos pioneiros de O'Donnell (1989) e Carabelli (1988), pois foi basicamente a partir deles que a nova pesquisa frutificou. O livro de Davis (1994a), por ser uma contribuição recente que avança na discussão, será também objeto de apreciação. O de Skidelsky (1983) foi um dos primeiros a enfatizar a importância das questões filosóficas na obra de Keynes, mas, por ser uma biografia, não se detém em questões analíticas de maior profundidade. Não será, portanto, objeto de escrutínio.

Carabelli: O Método de Keynes

Para Carabelli (1988), se há rupturas cruciais na teoria econômica de Keynes, há continuidade de método. O que denomina o “método de Keynes” existe de forma elaborada no *Treatise on Probability* (TP, daqui em diante), um livro cujas ideias ressoariam fortemente em seus trabalhos econômicos posteriores.

O TP é um livro com a marca de seu tempo e lugar, pois tem como referência básica as discussões filosóficas em Cambridge no início do século. Possui uma abordagem metodológica distintiva, “autônoma e heterodoxa”. Essa visão, não avaliada devidamente por estudiosos posteriores, foi elaborada antes de Keynes tornar-se um economista e mantém-se consistentemente pelo resto de sua vida. O TP não surgiu como um estudo técnico sobre a teoria da probabilidade “but rather as a work of practical philosophy and ethics, concerning the application of probability to the field of moral sciences and human conduct” (Carabelli, 1988, p. 5).

Carabelli propõe três teses básicas:

“First, that the *Treatise* contained a methodological proposal which was both coherent and original and which contrasted with the nature and the developments of Russell’s logical positivism; second, that, in his disagreement with the ruling method, Keynes’ view actually anticipated some positions which were later taken up by epistemologists who questioned at the root the standard neo-positivist (or logicist) outlook; third, that

Keynes' general approach was meant to be applicable not only to the specific field of probability, but also to other fields of knowledge, and therefore to economics too. Notably, as far as economics is concerned, I will argue that a continuity between the Treatise's epistemology and the method of his economic writings existed and that Keynes' own economic methodology had its roots in that early work." (Carabelli, 1988, p. 7)

De acordo com Carabelli, Keynes atribui, no TP, maior poder analítico à "linguagem comum" (ordinary language) em relação à linguagem formal ou matemática. A lógica do discurso comum, baseada em uma "lógica substancial", é contrastada com a linguagem formal ou artificial, como a linguagem matemática. A linguagem comum seria caracterizada por possuir estrutura aberta, número não-finito de proposições, compatibilidade com contradições e um caráter semântico. Uma abordagem metodológica baseada na linguagem comum enfatiza intuição e raciocínios não-demonstrativos. Como Carabelli observa, "[w]hile logicians thought that ordinary language was blurred with inconsistencies and searched for an ideal and artificial language, Keynes' attitude towards ordinary language was that of an outspoken defence of it." (Carabelli, 1988, p. 142)⁸.

A teoria da probabilidade de Keynes é também organicista (ou não atomística), daí Carabelli se referir ao termo "complexidade orgânica". Por complexidade orgânica entendo, não necessariamente seguindo a mesma definição de Carabelli, que sistemas complexos, como, por exemplo, a economia, a sociedade, um organismo, são estrutural e hierarquicamente diferenciados. A ideia de diferenciação hierárquica estrutural propõe que as partes do sistema interagem umas com as outras e possuem relações internas de determinação entre si. Tal abordagem evita o método reducionista centrado exclusivamente no comportamento das partes que constituem o sistema. As partes de um todo estão organicamente interconectadas no que se refere à sua natureza, função, significado e existência. Um sistema organicamente complexo é, portanto, distinto de um mero agregado em virtude do condicionamento e dependência das partes ou componentes às suas posições no todo. Nesse sentido, sistemas complexos são mais do que a soma de suas partes⁹. Tal interpretação é fiel ao pensamento de Keynes:

"There might well be quite different laws for wholes of different degrees of complexity, and laws of connection between complexes which could

⁸ Isto é, não é que Keynes fosse ignorante em matemática (afirmação, no mínimo, absurda) ou ainda que a matemática de seu tempo não estivesse suficientemente desenvolvida para ser aplicada a que ele se propôs investigar, mas que seu método e sua visão são críticos de um formalismo exagerado: "theoretical economics often has a formal appearance where the reality is not strictly formal. It is not, and is not meant to be, logically watertight in the sense in which mathematics is. It is a generalisation which lacks precise statement of the cases to which the generalisation applies... Those writers who try to be strictly formal generally have no substance" (Keynes, CW, vol. XXIX, pp. 37-38).

⁹ Para uma discussão do conceito de complexidade, ver Andrade (1998), cap. 1.

not be stated in terms of laws connecting individual parts. In this case natural law would be organic and not, as it is generally supposed, atomic.” (Keynes, 1921, p. 277)

Carabelli afirma ainda que a teoria da probabilidade de Keynes é uma lógica das crenças (conhecimento humano falível e imperfeito) mais do que uma lógica da “verdade” (como na abordagem positivista). Em vez de se assentar sobre a regra da “razão analítica” (ou racionalidade), o mais correto seria afirmar que se baseia na regra da “razão prática” (entendida como “razoabilidade”); privilegia-se o razoável, em vez do racional (na forma em que este é comumente abordado).

Para Carabelli, o método de Keynes rejeita também o naturalismo, pois evita a redução da experiência humana a uma suposta essência natural, como se os comportamentos humanos fossem características empíricas de um mundo natural autônomo. Rejeita, também, qualquer ideia de cientificismo (ou cientismo), pois não assume a redução de toda ciência aos modelos das ciências físicas. Em particular, recusa teorizar nos termos de conceitos, como certeza demonstrativa, conhecimento perfeito e causação universal. É por isso que a visão de Keynes acerca da probabilidade pode ser considerada “a theory of limited knowledge, that is, as ‘the art of reasoning’ in condition of uncertainty” (Carabelli, 1988, p. 233).

Para Keynes, a probabilidade, em vez de ser vista como um campo de estudo e conhecimento pertencente exclusivamente ao domínio dos fatos empíricos ou da psicologia individual (subjetivismo), é vista como pertencendo ao domínio da lógica. Ela se erige também em argumentos não-demonstrativos, e não apenas nos demonstrativos, o que faz com que um argumento provável possa ser considerado “racional” mesmo se não for demonstrativamente verdadeiro. O problema está em definir o que vem a ser racional. Com isso, rejeita o suposto elo lógico, existente na argumentação positivista (e, por extensão, no paradigma econômico neoclássico), entre racionalidade e verdade demonstrativa, entre comportamento racional e certeza ou conhecimento perfeito.

Da teoria da probabilidade de Keynes, que privilegia o conteúdo racional da probabilidade, em vez de seu conteúdo meramente empírico, e que, ao mesmo tempo, considera o comportamento racional prático e contingente, dissociado de uma ideia de “verdade”, mas associado ao contexto cognitivo limitado e concreto em que operam indivíduos ou grupos, decorre que a probabilidade deve fundamentar-se na “prática comum”. Como enfatiza Carabelli,

“[t]he core of Keynes’ position toward probability consisted in a view of practical rationality, in which the cognitive aspects were predominant, though in it rationality was considered only as embodied in actual human experience and action through the medium of belief” (Carabelli, 1988, p. 233).

Portanto, deve ser abordada a partir dos instrumentos da linguagem comum e do raciocínio analógico e qualitativo calcado no cotidiano, na “razão prática”,

em vez de buscar guarida exclusiva no método limitado da linguagem formal ou em representações puramente quantitativas.

O resultado dessa visão é que a economia passa a ser vista como um “modo lógico de pensar”, e não como uma “pseudociência natural” (Keynes, CW, vol. XIV). Mais do que isso, a economia passa a ser um ramo do conhecimento em que se investiga o comportamento dos agentes econômicos em condições de incerteza a partir de hipóteses cognitivas sujeitas à revisão frequente. Essas hipóteses, por seu turno, estão fortemente atadas a práticas sociais de conhecimento comum ou a convenções. A visão de Keynes descarta também as dicotomias tradicionais do positivismo, tais como o que é conhecimento científico e não-científico, meios e fins, fatos e valores. É uma crítica ao positivismo em economia, ao *homo economicus* ideal que aplicaria consistente e persistentemente o cálculo racional utilitarista benthamita de dores e prazeres em toda decisão econômica¹⁰.

Para Carabelli, a formulação do conceito de expectativas nas obras econômicas de Keynes é coerente com todo esse aparato metodológico existente no TP. As expectativas possuem um caráter cognitivo (isto é, não apenas frequencialista), relativo (ou seja, não absoluto ou universal), organicamente interdependente (isto é, não atomístico), qualitativo (muito mais do que simplesmente numericamente mensurável ou tratável em termos de probabilidade numérica) e objetivo (ou seja, não baseado em uma linguagem privada ou na psicologia individual).

O método de Keynes não seria nem mecanicista nem a-histórico (como é o caso da visão de mundo embutida na ciência clássica). Seu método chama a atenção para o indevido papel de destaque que na ciência moderna (de seu tempo) foi conferido à simplificadora “hipótese acomística”. Essa última, ao privilegiar conceitos como homogeneidade, divisibilidade, independência, reversibilidade do tempo e repetitividade dos eventos, abriu o caminho para a formalização matemática desmesurada. Contrário a essa agenda, Keynes usou, como observado, a noção de complexidade orgânica ou uma lógica “organicista” da probabilidade. Consequentemente, o escopo conferido à linguagem artificial dos modelos fechados matematizados se torna bastante reduzido. Ela torna-se, então, uma técnica auxiliar de investigação entre uma variedade de outras, a ser usada sob condições peculiares adequadas, sem jamais querer ter a pretensão “imperialista” de ser a técnica de investigação científica, cuja utilização ou não constitui um critério duvidoso de demarcação do que é ou deixa de ser “científico”.

O método de Keynes enfatiza a forte conexão entre teoria e prática. A probabilidade não é conhecimento especulativo, mas um guia para a conduta no dia-adia. Nesse contexto, o conhecimento tem uma dimensão social, pública, comunicativa.

¹⁰ Gostaria de enfatizar aqui que essa regra de comportamento seria apenas uma entre várias regras práticas a serem seguidas, operativa somente em condições bastante restritivas de tempo e lugar. Racionalidade como saber ou conhecimento prático é melhor descrita como razoabilidade, que é relativa a situações contingentes e variável de acordo com domínios cognitivos distintos em que os agentes tipicamente operam. Para uma discussão alternativa da ideia de racionalidade, ver Andrade (1998), cap. VII

Em contraste com o método positivista, não isola a teoria da prática, pois aquela é contexto-dependente.

Por ser uma teoria da ação, e não uma teoria da contemplação, a teoria do conhecimento de Keynes é voltada para as possibilidades de transformar a realidade por meio de mudanças das crenças e opiniões acerca da realidade. Por meio de mecanismos persuasórios seria possível influenciar crenças, opiniões e comportamentos. Basta observar que a GT é, entre outras coisas, um esforço persuasório destinado a convencer tanto o meio acadêmico e político quanto a opinião pública de seu tempo. Diga-se de passagem, Keynes era um mestre da retórica e dos artifícios persuasivos.

Por fim, Carabelli propõe situar filosoficamente o método de Keynes. Como observado, Keynes possui uma atitude crítica em relação à lógica formal e ao atomismo lógico. Sua teoria da probabilidade é caracterizada por ideias como relativismo, organicismo, abertura e substância (ao contrário da lógica da implicação de Russell). Portanto, é uma teoria, ao mesmo tempo, crítica de Russell e do Círculo de Viena.

Além disso, o TP está na contramão das conclusões do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) de Wittgenstein (o “jovem” Wittgenstein). No entanto, o pensamento de Keynes possui importantes semelhanças com as ideias das *Philosophical Investigations* (1953), pois tanto Keynes quanto Wittgenstein “maduro” consideram que as proposições probabilísticas pertencem “to the class of intencional propositions (such as those representing will, desire, order, hope), which were organic rather than atomic relations, grounded in social forms of life and expressed in terms of ordinary language” (Carabelli, 1988, p. 243).

A posição de Keynes é mais bem descrita como uma posição distinta — uma “terceira via” — entre os dois grandes ramos tradicionais da epistemologia, a saber: o racionalismo e o empiricismo. Por racionalismo (ou apriorismo), entendase, grosso modo, a crença de que conhecimento acerca do mundo deve ser obtido por meio de raciocínio demonstrativo, independentemente de observação empírica. É o império da razão sobre a experiência. Por empiricismo, entenda-se, ao contrário, que todo conhecimento deriva da experiência. É o primado da experiência sobre a razão ou qualquer outra forma de acesso ao conhecimento.¹¹ Nesse contexto, para Carabelli, Keynes situa-se naquela faixa de pensadores defensores da ideia da “suficiência da razão contingente”, cuja origem está em Aristóteles e permeia as reflexões de um amplo leque de filósofos desde Lock e Hume, passando por Wittgenstein “maduro” até, entre outros, Gadamer, Toulmin, Wright, Putnam e Habermas.

O'Donnell: “A noção elusiva de racionalidade”

O livro de O'Donnell (1989) é também um amplo estudo das conexões entre os trabalhos sobre probabilidade e filosofia e os escritos econômicos subsequentes de Keynes. O'Donnell apresenta duas teses básicas:

¹¹ A título de observação, antecipo aqui que se para Carabelli Keynes não pode ser considerado um racionalista, para O'Donnell ele de fato o foi.

“1) The TP is not merely a work on probability (and even less one in mathematics), but one in philosophy generally...; 2) the underlying problem unifying Keynes’ philosophy as a whole is not the problem of probability per se, but the broader, more important, and more elusive notion of rationality. What the TP provides is a general theory of rational belief and action, and it is within this framework that the problem of probability is situated, being an essential element in Keynes’ answer to the questions of theoretical and practical reason.” (O’Donnell, 1989, p. 3)

Mais especificamente,

“ the main thesis advanced is that the TP presents a general theory of rational belief and action under uncertainty, and that this theory differs in significant respects from the theory of rationality underpinning Neoclassical economics” (O’Donnell, 1989, p. 6)

Ao contrário do livro de Carabelli, o de O’Donnell discute a filosofia política de Keynes, no qual enfatiza que Keynes possuía um projeto político marcado por uma visão de utopia, a saber: “ the evolutionary transformation of capitalism into an ideal, ethically rational society” (O’Donnell, 1989, p. 8). Na utopia keynesiana, o Estado tem deveres importantes a desempenhar, pois o individualismo econômico e um *laissez-faire* puro, deixados sem controles, são fontes potenciais de desestabilização do sistema capitalista no longo prazo. Para O’Donnell, a natureza e o escopo das atividades do Estado em Keynes, que não se reduziriam apenas à órbita macroeconômica (ao contrário do que é normalmente propagandeado, diga-se de passagem), são: 1) guardião do bem comum; 2) agente da racionalidade social; 3) protetor da liberdade pessoal; 4) promotor de formas e combinações de parceria com o setor privado; 5) atividades financiadas pelo Estado devem levar em conta critérios não-comerciais; e 6) moderação e gradualismo na condução das reformas induzidas pelo Estado.¹²

Um importante ponto de contato entre O’Donnell e Carabelli é que para ambos o pensamento filosófico de Keynes é marcado mais por continuidade do que por mudanças ou rupturas significativas¹³. Concordam também ao propor que o pensamento filosófico de Keynes deve ser discutido sob a ótica do TP. Ambos relacionam a filosofia de Keynes ao pensamento filosófico da Cambridge de sua época, cujos principais protagonistas foram Moore, Russell, Ramsey e Wittgenstein (jovem e maduro).

As divergências começam a surgir quando se considera o verdadeiro conteúdo da filosofia de Keynes e os parentescos intelectuais relevantes. Para O’Donnell, as

¹² Ver O’Donnell (1989, pp. 101-308).

¹³ Nesse aspecto, ambos possuem uma visão distinta da de Davis (1994a), para quem a lógica de desenvolvimento do pensamento filosófico de Keynes é marcada por descontinuidades cruciais, como se verá a seguir.

ideias do TP guardam estreita relação com a filosofia de Moore, Russell e o jovem Wittgenstein. Seu argumento da continuidade do pensamento filosófico de Keynes é mais forte do que o de Carabelli¹⁴. Algumas das ideias contidas na GT são vistas como a confirmação de uma antiga abordagem da filosofia analítica baseada em uma lógica da crença racional intuicionista. As ideias contidas no TP são consideradas uma teoria geral da crença e da ação racionais sob incerteza. A filosofia de Keynes é entendida como uma teoria da racionalidade, variações sem mudanças enfáticas em torno desse mesmo tema. Para O'Donnell, a filosofia de Keynes é platônica; Keynes jamais abandonou o neoplatonismo que o acompanhava desde suas reflexões iniciais, para o qual na essência dos eventos do cotidiano repousam qualidades e relações atemporais que devem ser os objetos próprios do julgamento em ética e economia.

O'Donnell acredita que, filosoficamente, Keynes foi um racionalista, embora peculiar, e não um empiricista ou um pragmático. Critica Carabelli, portanto, por esta considerá-lo anti-racionalista e não concorda com o fato de que Keynes abandonou ideias como necessidade, mecanicismo e determinismo.

Outro aspecto que diferencia ambas as abordagens é que, enquanto Carabelli enfatiza mais as diferenças entre Keynes e Moore, O'Donnell (e também Skidelsky, 1983) se concentra mais na influência de Moore sobre Keynes, isto é, nas semelhanças entre os dois. Para Carabelli, a relação mais adequada e fiel é com Wittgenstein maduro. Como observado, o TP representou uma reação, baseada em uma filosofia da linguagem comum, à filosofia dominante em Cambridge no início do século. O TP, então, antecipa alguns dos temas que viriam a ser abordados por Wittgenstein em seu *Philosophical Investigations*.

Fiel à sua interpretação de um Keynes “racionalista”, O'Donnell sugere que o percurso intelectual e político de Keynes foi marcado por uma preocupação constante quanto ao uso considerado da razão nas várias dimensões da vida social:

“Keynes’ writings and activities represent a life-long attempt to apply reason to theoretical problems and practical affairs. Just as his early emphasis was on the philosophical basis of reasoning, so his later concern was with various dimensions of rationality in economics and politics. The ultimate goal of the theoretical reason was truth (whether of primary or secondary propositions), while that of practical reason was the attainment of greater goodness. Truth ultimately rested on intuition, while persuasive appeals to reason were conceived as the most powerful instrument for producing longterm change towards the ethical ideal.” (O'Donnell, 1989, p. 331)

¹⁴ Ver Davis (1994c).

Davis: A Filosofia da *General Theory*

O livro de Davis (1994a) é também uma referência importante no KF. Trata-se de um livro-síntese que avança em pontos importantes a discussão relativa à troca tensa e profícua entre a economia e a filosofia de Keynes.

O princípio metodológico orientador da abordagem de Davis é o de que os pensamentos filosófico e econômico de Keynes influenciaram um ao outro. Seu objetivo é “to distill the philosophical views from Keynes’ later economics, where the traditional philosophical apparatus of concepts and principles of Keynes’ early work is an imperfect guide for analysis, where non-philosophical reasoning is the chief source of material for analysis, and where the result must be set forth as philosophy!” (Davis, 1994a, pp. 6-7) Tal enfoque introduz uma série de novos elementos que as abordagens de Carabelli e O’Donnell passaram ao largo.

O aporte deste livro em relação às contribuições anteriores, que salientam mais os aspectos de continuidade do que os de mudança no percurso filosófico de Keynes, é a ênfase na necessidade de investigar “how the Treatise measures up to the The General Theory, in part because scholars have so much favored the Treatise, and in part to find what is philosophically distinctive in The General Theory” (Davis, 1994a, p. 8).

Davis traça a trajetória da evolução filosófica de Keynes pelo rastreamento de uma lógica de desenvolvimento de uma série de ideias — “passos conceituais” — desde suas obras iniciais até sua visão filosófica mais recente, tal qual é possível extrair da GT e de escritos contemporâneos a esta. Assim, “contrary to his early emphasis upon intuition and individual judgment, Keynes concluded in the 1930s when he [was] working on The General Theory that it was necessary to invest greater significance in the operation of rules and conventions in economic life” (Davis, 1994a, p. 71). Nesse contexto, ressalte-se, como já observado anteriormente, que Davis também chama a atenção para um percurso intelectual semelhante ao de Keynes e que de alguma forma o influenciou, que foi o de Wittgenstein, para quem o entendimento da natureza social de regras e convenções é também crucial¹⁵.

Da abordagem de Davis decorrem duas consequências importantes. Primeiro, as ideias filosóficas de Keynes, aquelas existentes em seus trabalhos iniciais, “pré-econômicos”, sofreram mudanças significativas ao longo do tempo, em um processo semelhante ao que se passou com suas ideias econômicas. Em particular, essas últimas evoluíram mais tarde na GT em parte devido ao caráter problemático de algumas ideias filosóficas iniciais e em parte devido à aderência de Keynes a uma lógica da explicação econômica à qual suas ideias filosóficas foram paulatinamente se ajustando. Nesse trajeto, o conceito de intuição, que ocupava posição central nos trabalhos iniciais (TP e nos chamados “Apostles Papers” ou “Juvenilia”, de Keynes, textos ainda não publicados), vai aos poucos perdendo seu papel estraté-

¹⁵ Para uma discussão da relação Keynes-Wittgenstein, ver, em particular, Davis (1994a, pp. 62-67, 71-72, 117-119). Ver também Coates (1996).

gico e posto de lado, com o qual, na GT, passa a ter proeminência o conceito bastante distinto de expectativa. Essa mudança de interpretação vem acompanhada por uma mudança de visão acerca da natureza do julgamento individual em um contexto essencial e inescapavelmente social, uma mudança em que a visão anterior de julgamento como uma percepção autônoma do indivíduo acerca da realidade cede lugar à idéia de julgamento como socialmente condicionado e contingente.

Segundo, a evolução da teoria econômica de Keynes dependeu de desenvolvimentos originados no âmbito de seu pensamento filosófico. Um dos conceitos centrais da GT é o de convenção, que remete a um enfoque de julgamento individual interdependente. Esse conceito, no entanto, passou por um longo processo de gestação. Sua origem pode ser encontrada em uma concordância crítica aos reparos de Frank Ramsey ao seu conceito original de intuição contido no TP, nos anos 20; começa a ganhar sentido e importância ao longo da preparação dos sucessivos rascunhos e esboços da GT (ver, particularmente, o capítulo 12 desta, “The State of Long-Term Expectation”); é reenfatizado no estratégico artigo “The General Theory of Employment” (publicado no *The Quarterly Journal of Economics*, em 1937); e, por fim, em seu conhecido memorial “My Early Beliefs” (escrito em 1938, mas publicado postumamente), a idéia de convenção é reafirmada sob o prisma mais amplo, não meramente econômico, das relações sociais. Portanto, é na própria reflexão acerca da natureza do julgamento individual em uma teia de relações sociais que Keynes remodela seu ponto de vista. A importância atribuída ao conceito de convenção é a resposta simultânea que encontrou tanto às dificuldades em reposicionar a velha ideia de intuição no contexto da teoria econômica quanto como um meio de dar forma mais consistente às exigências de sua nova teoria econômica.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os trabalhos dos autores discutidos anteriormente, apesar de algumas diferenças de enfoques, concordam em um ponto básico: a teoria econômica de Keynes foi profundamente influenciada pela filosofia do autor, que ocupa um lugar original nos sistemas filosóficos existentes. Entre outras coisas, tal filosofia contrasta fortemente com a metodologia positivista que influencia o paradigma econômico neoclássico.

À primeira vista, a aplicabilidade das ideias filosóficas de Keynes ao estado atual do conhecimento pode parecer indevida. No entanto, uma agenda para uma reflexão contemporânea que, de alguma maneira, se utiliza dela deve reconhecer que uma série de questões que foram abordadas por Keynes ainda continua atual. Nesse contexto, o objetivo do KF consiste, a partir de Keynes (mas não somente com ele), em fornecer os elementos teóricos necessários à elaboração de uma perspectiva filosófica alternativa. Consequentemente, pode subsidiar, do ponto de vista filosófico, os conceitos, as ideias e os métodos para uma análise econômica alternativa, distinta ou mais abrangente do que a neoclássica.

Tal agenda poderia enfatizar os seguintes aspectos: atenção à natureza social e interdependente da comunicação entre os agentes; a importância, tanto na vida econômica quanto na experiência cotidiana da vida em sociedade, de convenções, regras de conduta e instituições afetando decisões; coalizão ou conflito de interesses influenciando eventos econômicos; a incerteza como expressão epistêmica do conhecimento falível e contingente que os agentes possuem etc. Esses são apenas alguns dos tópicos em que as ideias de Keynes podem colaborar de modo prolífico para uma reflexão crítica.

Particularmente rica é a forma como Keynes desenvolve sua argumentação, buscando tornar seu objeto de crítica um caso especial de sua proposta mais geral. A lógica desse procedimento é que, ao subsumir categorias existentes como casos especiais dentro de um esquema geral, procura-se criticar as visões que apresentam esses casos especiais como se fossem gerais e não os casos especiais em si. Por exemplo, Keynes propõe que estimativas de probabilidades numéricas baseadas em distribuições de frequência podem ser uma fonte adequada de conhecimento, mas apenas se sujeitas a condições bem especificadas de aplicabilidade. Nesse sentido, a probabilidade tal qual definida convencionalmente torna-se um subconjunto menor de um conceito mais geral de probabilidade, o qual abrangeria também probabilidades numéricas derivadas de outra forma que não meramente por meio de distribuições de frequência e, ainda, probabilidades não-numéricas. O caso mais geral de probabilidades não-numéricas seria definido para aqueles contextos em que nem todos os resultados possíveis são conhecidos, como, por exemplo, em que se aplica o conceito de “surpresa potencial”, tal qual definido por Shackle (1955). Para Keynes, a probabilidade pertence ao domínio da lógica, da qual a lógica formal é apenas uma parte (um subconjunto). Nesse caso, também, a lógica formal é pertinente apenas se definidos os domínios próprios de aplicabilidade (que, obviamente, não são universais). Enfim, a ideia é subsumir ou transcender, e não, pura e simplesmente, rejeitar as visões ou tradições existentes.

Além disso, o pensamento de Keynes deve ser entendido como um esforço analítico voltado constantemente ao tema da racionalidade prática, da ação humana. Em particular, Keynes concebia o processo de policy-making como um meio para a busca do bem comum, para a construção da “boa vida”. Nesse aspecto, diferencia-se das visões que “deixam de lado” o aspecto prático de qualquer teoria voltada ao conhecimento da realidade. Ou seja, é uma reflexão que induz os estudiosos a sair da torre de marfim do pensamento puramente especulativo e enfrentar as mazelas e as recompensas da *vita activa*, o espaço da ação figuradora do e configurada pelo mundo real.

Qualquer passar de olhos pela GT (ou mesmo pelo Treatise on Money [1931]), por mais ligeiro que seja, é capaz de perceber esse aspecto de seu pensamento, pois ele está profundamente marcado pela influência das instituições de seu tempo: mercados financeiros, firmas de porte variado, empresas e instituições públicas, partidos políticos, sindicatos, sistema bancário etc. A existência de tais instituições afeta de forma incontornável as opiniões, os cálculos e as estratégias que informam a conduta humana na vida econômica.

A agenda que surgiu nos passos de Keynes aspira a uma mudança radical na forma de se teorizar em economia e propõe uma alternativa que subsume a lógica da teorização convencional (esta passa a ser um caso especial daquela abordagem mais geral). A economia é vista como ciência moral; há limites sérios e insuperáveis no uso sem qualificações do conhecimento probabilístico numérico (e, por extensão, na abordagem econométrica convencional); a formalização matemática é reducionista e simplificadora (o aparente rigor e a elegância podem impedir o realismo e a relevância); a análise econômica lida com fenômenos nos quais vigoram mudanças qualitativas, irreversibilidade do tempo, crucialidade dos eventos, processos de aprendizado e instabilidade sistêmica; interdependência e complexidade marcam as relações sociais; a incerteza como elemento determinante das ações humanas em geral, não apenas as econômicas, impõe limites ao uso do conhecimento e engendra determinadas regras práticas de comportamento conhecidas como convenções.

Um importante mérito desse novo enfoque é que, ao estudar a obra de Keynes como um todo orgânico, permite criticar de forma mais fundamentada certas leituras da realidade ou teorizações, como, por exemplo, a síntese neoclássica ou propostas que se autodenominam “keynesianas”, como a dos New Keynesians. Como não existe nenhuma teoria econômica pairando no ar, pois toda teoria possui, implícita ou explicitamente, um alicerce metodológico reconhecível, procede-se, assim, a um ataque à própria base ontológica do mainstream econômico.

A economia não é e é provável que nunca seja uma disciplina completamente compartimentalizada, radicalmente especializada e isolada, pois, por ser uma ciência social, e não uma ciência exata, possui vínculos com outras disciplinas afins como a filosofia, a psicologia, a história, a política e a sociologia. A regra positivista de considerar como não-científico o uso do conhecimento gerado no âmbito de outras disciplinas é um dos motivos pelos quais a ciência econômica é, aos olhos de muitos, uma atividade descolada da realidade.

A crença de que a economia pode ser encarada como ciência exata implicou sua reformulação em termos de uma teoria da escolha em condições de escassez. Processos de tomada de decisões em situações de incerteza são tratados ou “resolvidos” em termos de uma abordagem convencional baseada em uma teoria limitada da probabilidade (frequências relativas), a qual reduz incerteza genuína a risco probabilístico calculável. Como resultado, tal procedimento gerou, entre outros, um casamento discutível entre análise econômica e formalização, entre economia e probabilidade (econometria).

Tão evidente quanto o desconhecimento das ideias de Keynes, tais quais apresentadas na GT, é a ignorância cabal acerca de sua filosofia. Mesmo aqueles que se julgam conhecedores de sua obra econômica não raro desconhecem, quando não desprezam por completo, a interdisciplinaridade vital de seu pensamento. Nesse sentido, a obra de Keynes é um poderoso exemplo de como não se deixar levar por um estudo “economicista” ou unidisciplinar da economia, tão ao gosto das visões compartimentalizantes que tomaram conta da teoria econômica do mainstream e que, infelizmente, ainda grassam em certas áreas do pensamento econômico heterodoxo.

Keynes foi um autor para quem não existem fronteiras rígidas do conhecimento. Pelo contrário, a teorização econômica é vista como uma atividade que não pode prescindir em nenhuma hipótese de alguma dose de reflexão interdisciplinar. Além disso, jamais acreditou que a teoria econômica pudesse produzir conhecimento relevante e realista se se equiparasse ao *modus operandi* das ciências naturais.

Os textos fundadores do KF revelam com notável clareza que os aspectos aparentemente díspares do pensamento de Keynes, em várias áreas e em diferentes níveis do conhecimento, estão unidos por sua filosofia. Tal filosofia é apresentada como um sistema coerente de pensamento em seus próprios termos, e não uma combinação eclética de outros sistemas de pensamento.

No momento em que uma razoável parcela da comunidade dos economistas, independentemente do paradigma a que consciente ou inconscientemente cada um se filie, volta-se para uma (re)discussão metodológica, tendo como objetivo tanto a construção de uma alternativa consistente e viável quanto uma recauchutagem do saber convencional, a agenda do KF e os temas que aborda são tanto mais necessários. Como se sabe, a economia nasceu de um desmembramento, e consequente autonomização, da Ética e da Moral. Em seu afã ingênuo em querer se tornar uma disciplina com o mesmo estatuto de cientificidade e neutralidade que supostamente as ciências naturais possuem, muita coisa ficou para trás. Parece ser uma ironia da história do pensamento econômico que uma das formas que a economia encontra para resolver sua “crise” crônica está em reconhecer e recuperar sua vocação como ciência moral, histórico-social. Nesse contexto, uma leitura interdisciplinar de Keynes é um bom antídoto para essa crise.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. P. de (1998) *Dynamics of Conventions*. Tese de Doutorado, University of London, University College, Department of Economics.
- ARETIS, P. (1992) *The Post-Keynesian Approach to Economics*. Aldershot, Edward Elgar.
- ARETIS, P. e CHICK, V. (1992) (eds.) *Recent Developments in Post Keynesian Economics*. Aldershot, Edward Elgar.
- BATEMAN, B. W. (1996) *Keynes's Uncertain Revolution*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- BATEMAN, B. W. e DAVIS, J. B. (1991) (eds.) *Keynes and Philosophy — Essays on the Origin of Keynes's Thought*. Aldershot, Edward Elgar.
- CARABELLI, A. M. (1988) *On Keynes's Method*. London, Macmillan.
- CARVALHO, F. J. C. (1992) *Mr. Keynes and the Post Keynesians — Principles of Macroeconomics for a Monetary Production Economy*. Aldershot, Edward Elgar.
- COATES, J. (1996) *The Claims of Common Sense — Moore, Wittgenstein and the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DAVIDSON, P. (1982) *International Money and the Real World*. London, Macmillan, Segunda Edição (1992).
- DAVIDSON, P. (1994) *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Aldershot, Edward Elgar.
- DAVIS, J. B. (1994a) *Keynes's Philosophical Development*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DAVIS, J. B. (1994b) (ed.) *The State of Interpretation of Keynes*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- DAVIS, J. B. (1994c) “Keynes's Philosophical Thinking”. In: Davis (1994 b).

- DOW, S. C. (1991) "The Post-Keynesian School". In: MAIR, D. e MILLER, A. G. (1991) (eds.) *A Modern Guide to Economic Thought*. Aldershot, Edward Elgar.
- DOW, S. C. (1996) *The Methodology of Macroeconomic Thought — A Conceptual Analysis of Schools of Thought in Economics*. Cheltenham, Edward Elgar.
- DOW, S. e HILLARD, J. (1995) (eds.) *Keynes, Knowledge and Uncertainty*. Aldershot, Edward Elgar.
- FITZGIBBONS, A. (1988) *Keynes's Vision: A New Political Economy*. Oxford, Clarendon Press.
- GERRARD, B. e HILLARD, J. (1992) (eds.) *The Philosophy and Economics of J. M. Keynes*. Aldershot, Edward Elgar.
- HARCOURT, G. C. and RIACH, P. A. (1997) *A "Second Edition" of The General Theory*. London, Routledge, 2 Volumes.
- HARROD, R. F. (1951) *The Life of John Maynard Keynes*. London, Norton.
- KEYNES, J. M. (1921) *A Treatise on Probability*. London, Macmillan.
- KEYNES, J. M. (1973) *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. London, Royal Economic Society, Macmillan, vários volumes.
- LAVOIE, M. (1992) *Foundations of Post-Keynesian Economic Analysis*. Aldershot, Edward Elgar.
- LAWSON, T. and PESARAN, H. (1985) (eds.) *Keynes' Economics: Methodological Issues*. London, Croom Helm.
- LIMA, G. T. (1992) *Em Busca do Tempo Perdido: A Recuperação Pós-Keynesiana da Economia do Emprego de Keynes*. Rio de Janeiro, BNDES.
- MEEK S, Gay T. (1991) "Keynes on the Rationality of Decision Procedures under Uncertainty: The Investment Decision". In: MEEKS, Gay T. (1991) (ed.) *Thoughtful Economic Man — Essays on Rationality, Moral Rules and Benevolence*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MOGGRIDGE, D. E. (1992) *Maynard Keynes — An Economist's Biography*. London, Routledge.
- O'DONNELL, R. (1989) *Keynes Philosophy, Economics and Politics*. London, Macmillan.
- O'DONNELL, R. (1991) (ed.) *Keynes as Philosopher-Economist*. London, Macmillan.
- RUSSELL, B. (1946) *History of Western Philosophy*. London, George Allen and Unwin.
- SHACKLE, G. L. S. (1955) *Uncertainty and Economics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SKIDELSKY, R. (1983) *John Maynard Keynes — Hopes Betrayed, 1883-1920*. London, Macmillan.
- SKIDELSKY, R. (1991) "Keynes Philosophy of Practice and Economic Policy". In: O'DONNELL (1991).
- SKIDELSKY, R. (1992) *John Maynard Keynes — The Economist as Saviour, 1920-1937*. London, Macmillan.

